

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais para a implementação de ações de educação ambiental fundamentadas na Metodologia Lixo Zero ou em abordagens semelhantes, por meio de atividades de assessoria e consultoria que serão tratadas em processo licitatório distinto, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas previstas no Termo de Referência.


1.2	Requisitante:	Fundo Municipal de Meio Ambiente
1.3	Fundamentação legal:	Art. 28, I, c/c o art. 17, §2º c/c 33, I, todos da Lei nº 14.133/2021
1.4	Período:	Material de Consumo;
1.5	Tipo:	Menor Preço por Item

1.6. Aquisição de materiais para a implementação de ações de educação ambiental fundamentadas na Metodologia Lixo Zero ou em abordagens semelhantes, por meio de atividades de assessoria e consultoria que serão tratadas em processo licitatório distinto, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas previstas no Termo de Referência, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE
1	Camisa manga curta com gola redonda confeccionada em Malha Fio 30X1, 52% Poliéster 48% Algodão, na gramatura 160 g/m², com tolerância de variação de (\pm 5%), na cor verde claro, de modo que as estampas se sobressaíam. As mangas da camisa deverão ser da mesma malha e cor do corpo. Os ombros, as laterais e as mangas da camiseta deverão ser costurados internamente em máquina overloque. A barra da manga deve ser costurada em máquina Cobertura 2 agulhas estreitas com 2,0 cm pronta. A barra da camiseta deve ser costurada em máquina Cobertura com 2 agulhas estreitas com 2,0 cm pronta, fazer a limpeza da abertura e da lateral na máquina overloque e detalhe da abertura pesponto na máquina reta 1 agulha. A gola careca da camisa será em Ribana 1x1, fio 30x1 penteado na composição 97% Algodão e 3% Elastano, gramatura 260 g/m², na cor verde claro (mesma cor do tecido da camisa) com 1,2 cm pronta, deve ser costurada na máquina overloque, com pesponto duplo na cobertura com duas agulhas estreitas. Na parte traseira da gola deve ser aplicado internamente uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca com os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta, contendo razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho da peça. A camisa não deverá conter bolso.	610982	2.868 (unidades)



	<p>Formas de personalização:</p> <p>Deverão ser realizadas estampas pelo sistema silk screen de alta qualidade, diretamente sobre o tecido, com cores firmes, que não descoram e não apresentem manchas mesmo após sucessivas lavagens, além de que devem ser realizadas as necessárias adequações de tamanho a depender das dimensões da peça, na forma em que se segue:</p> <p>1. Na manga, a esquerda de quem veste, deverá ser estampado o brasão do Município de Nova Friburgo, com tamanho mínimo aproximado de 4,5 x 4,5 cm nas cores oficiais</p> <p>Camisa manga curta com gola redonda confeccionada em Malha Fio 30X1, 52% Poliéster 48% Algodão, na gramatura 160 g/m², com tolerância de variação de (\pm 5%), na cor verde claro, de modo que as estampas se sobressaíam. As mangas da camisa deverão ser da mesma malha e cor do corpo. Os ombros, as laterais e as mangas da camiseta deverão ser costurados internamente em máquina overloque. A barra da manga deve ser costurada em máquina Cobertura 2 agulhas estreitas com 2,0 cm pronta. A barra da camiseta deve ser costurada em máquina Cobertura com 2 agulhas estreitas com 2,0 cm pronta, fazer a limpeza da abertura e da lateral na máquina overloque e detalhe da abertura pesponto na máquina reta 1 agulha. A gola careca da camisa será em Ribana 1x1, fio 30x1 penteado na composição 97% Algodão e 3% Elastano, gramatura 260 g/m², na cor verde claro (mesma cor do tecido da camisa) com 1,2 cm pronta, deve ser costurada na máquina overloque, com pesponto duplo na cobertura com duas agulhas estreitas. Na parte traseira da gola deve ser aplicado internamente uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca com os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta, contendo razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho da peça. A camisa não deverá conter bolso.</p> <p>Formas de Personalização:</p> <p>Deverão ser realizadas estampas pelo sistema silk screen de alta qualidade, diretamente sobre o tecido, com cores firmes, que não descoram e não apresentem manchas mesmo após sucessivas lavagens, além de que devem ser realizadas as necessárias adequações de tamanho a depender das dimensões da peça, na forma em que se segue:</p> <p>1. Na manga, a esquerda de quem veste, deverá ser estampado o brasão do Município de Nova Friburgo, com tamanho mínimo aproximado de 4,5 x 4,5 cm nas cores oficiais</p> <p>2. Na manga, a direita de quem veste, deverá ser estampada a logo da Educação Ambiental no tamanho mínimo aproximado de 4 x 4,5 cm nas cores oficiais.</p>		
--	--	--	--

	<p>3. Na parte da frente da camisa, de forma centralizada, deverá ser estampada a LOGO do projeto medindo no mínimo 15 x 6 cm.</p> <p>As estampas, bem como suas posições finais nas camisas se encontram no Anexo I ao final do Termo de Referência.</p>  <p>Todas as peças deverão ser embaladas de maneira individual em sacos plásticos biodegradáveis transparentes com fácil identificação do tamanho da camisa.</p> <p>Quantidade por tamanhos.</p> <p>4 anos (270 unidades) 6 anos (300 unidades) 8 anos (350 unidades) 10 anos (370 unidades) 12 anos (380 unidades) 14 anos (390 unidades) P adulto (395 unidades) M adulto (223 unidades) G adulto (150 unidades) XG adulto (40 unidades)</p>		
02	<p>Garrafa Squeeze com capacidade para 500 ml em plástico PEAD 2 - Polietileno de Alta Densidade e resistência – cor branca sólida. Tampa de bico (silicone) rosqueável de cores variadas - da logo do Projeto Geração Consciente (verde bandeira, vermelha, amarela e azul escuro). Personalizada em uma das faces com a logo do Projeto Geração Consciente e no outro lado, a frase “Adote uma Garrafa”. As duas artes serão disponibilizadas pela Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Urbano sustentável.</p> <p>Formas de personalização: O Squeeze, pode ser personalizado em Silk Screen, gravação laser ou impressão UV digital.</p>	418196	2.868 (unidades)

	<p>Área de personalização aproximada: 3cm no sentido horizontal e até 12cm vertical (para impressão uv digital e Gravação laser).</p> <p>Área de personalização aproximada: 5 cm no sentido horizontal e até 12cm vertical (para impressão Silk Screen).</p> 		
3	<p>Mochila modelo saco (ou estilo “sacolinha”), com fechamento superior por cordão.</p> <p>Material:</p> <p>Mochila confeccionada em tecido de algodão cru, 100% natural, não tingido, com aspecto rústico e coloração bege clara, gramatura 230 a 250g/m². O material é ecológico, reutilizável, resistente e biodegradável, ideal para ações sustentáveis e promocionais.</p> <p>Dimensões Aproximadas: 40 x 30cm</p> <p>Cordão:</p> <p>Dois cordões em algodão cru, com nó no final, espesso e resistente, que combina visualmente com o tecido da mochila, tamanho suficiente para mochila de uso adulto.</p> <p>O cordão é inserido na parte superior da mochila, onde passa por uma canaleta costurada, permitindo o fechamento ao puxá-lo. As extremidades inferiores do cordão são fixadas através de ilhas metálicas (ilhós) localizadas nos dois cantos inferiores da mochila (um em cada lado), garantindo maior durabilidade e segurança no uso.</p> <p>Costura e Acabamento:</p> <p>Costuras reforçadas em todas as extremidades.</p>	396106	2.868 (unidades)

	<p>Canaleta superior com acabamento interno limpo. Aplicação de ilhós metálicos resistentes nas extremidades inferiores para passagem e fixação do cordão.</p> <p>Formas de personalização:</p> <p>Deverão ser realizadas estampas pelo sistema silk screen de alta qualidade, diretamente sobre o tecido, com cores firmes, que não descoram e não apresentem manchas mesmo após sucessivas lavagens e que sejam compatíveis ao tecido algodão cru. A diagramação dos logos são:</p> <p>Logo Círculo 5 R: centralizada com tamanho aproximado de 15x15cm.</p> <p>Logo “geração consciente”: centralizada com tamanho aproximado 6x15cm</p> <p>Logos de apoio: abaixo da logo “geração consciente” deverão conter as logos do “ProMEA” e da “Prefeitura de Nova Friburgo”, ambos centralizados com as logos acima, com dimensões aproximadas 4cm de altura e 7cm de largura cada (ajustar para não distorcer a imagem).</p> <p>Todas as artes serão disponibilizadas pela Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.</p>		
--	--	--	--



1.7. Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. O fornecimento dos serviços em tela é enquadrado como não continuado tendo em vista que o prazo de vigência deve ser o suficiente para a entrega do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários (Prazo de Vigência e Empenho - art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 – Fornecimento Não-Contínuo).

1.9. O fornecimento dos bens é enquadrado como não-contínuo, tendo em vista que, uma vez finalizada as entregas de todos os bens solicitados, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato;

1.10. Todas as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a contratada oferecer material superior na vigência do contrato;

1.12. Trata-se de Serviço comum, ou seja, apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento o menor preço por item.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

Os requisitos da contratação são aqueles necessários e indispensáveis para que se atinja o objetivo de encontrar a solução mais adequada para uma contratação que melhor atenda aos objetivos da Administração. Eles orientam e delimitam a forma como será feita a execução dos serviços, assegurando que atendam às necessidades e expectativas da contratação.

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1. Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

4.1.1.1.2. Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.1.3. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

a) Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de



certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), Bisfenol A, éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.1.1.1.5. Nos termos do Decreto n° 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.1.1.1.6. Os requisitos de contratação para uniformes escolares devem atender às normas da (ABNT), que garantem qualidade, conforto, resistência e durabilidade. As normas, publicadas pelo Comitê Brasileiro de Têxteis e do Vestuário (ABNT/CB-017), que são essenciais para assegurar que os uniformes cumpram as expectativas do consumidor e se destaquem no mercado.

4.1.1.1.7. Para vestuário infantil e adolescente, a segurança é crucial, evitando riscos associados à aviaamentos e acessórios. O “Manual de especificações técnicas para uniformes escolares” do Laboratório de Tecnologia Têxtil do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) recomenda essas normas. A base é a ABNT NBR 15778:2009, que define requisitos de desempenho e segurança, incluindo solidez da cor, resistência à tração e esgarçamento da costura, para orientar fornecedores e instituições na produção e aquisição dos uniformes escolares.



- As medidas informadas referem-se às dimensões do corpo e não das peças.

- Utilize esta tabela apenas como uma referência, pois ainda não há uma completa adesão dos fabricantes brasileiros à esse padrão de medidas. Prefira sempre, se houver, a tabela do próprio fabricante.

- A tabela da ABNT não deve ser utilizada como referência para roupas importadas.

Dicas:

Tórax: meça sob os braços, na parte mais larga do peito. Não deixe a fita justa demais ao corpo. Certifique-se de que ela esteja confortavelmente solta.

Cintura: meça a circunferência do corpo na altura da curva natural da cintura. É a parte mais fina e geralmente está a 5 cm acima do umbigo.

Quadril: com os pés juntos, tire a medida da circunferência da parte mais larga do quadril.

TABELA DE MEDIDAS

ABNT

Tabela - Medidas Infantis - ABNT

Tamanho	Idade	Estatura	Tórax	Cintura	Quadril
PP	RN	52 cm	40 cm	39 cm	43 cm
P	3 meses	62 cm	44 cm	41 cm	44 cm
M	6 meses	67 cm	46 cm	43 cm	46 cm
G	9 meses	72 cm	48 cm	44 cm	48 cm
G/G	12 meses	77 cm	49 cm	48 cm	50 cm
1	18 meses	82 cm	50 cm	50 cm	52 cm
2	2 anos	88 cm	52 cm	52 cm	54 cm
3	3 anos	98 cm	54 cm	54 cm	56 cm
4	4 anos	105 cm	56 cm	56 cm	61 cm
6	6 anos	117 cm	61 cm	58 cm	65 cm
8	8 anos	128 cm	66 cm	60 cm	70 cm
10	10 anos	137 cm	70 cm	62 cm	76 cm
12	12 anos	150 cm	75 cm	64 cm	82 cm
14	14 anos	156 cm	78 cm	66 cm	87 cm

4.1.2. Pela presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.1.3. DA EXIGÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA FÍSICA: *Para assegurar a aquisição de camisas, mochilas e garrafas squeeze personalizadas, provenientes de fontes renováveis e sustentáveis, e que não comprometam o meio ambiente ou o conforto dos usuários, a Secretaria Municipal do Ambiente se reserva o direito de solicitar amostras e, quando pertinente, seus certificados e laudos. A aprovação das amostras será realizada por um profissional qualificado, que avaliará as características técnicas e a conformidade dos materiais propostos. O resultado da avaliação será comunicado ao Pregoeiro, que tomará as decisões necessárias.*

4.1.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega/execução será de até 15 (quinze) dias corridos, contados do dia seguinte ao recebimento da(s) Nota(s) de Empenho(s), Autorização de fornecimento ou documento equivalente, através da Secretaria Municipal do Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

- 5.1.1 Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.1.2. Os materiais deverão ser entregues de uma única vez, em conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 5.1.3. No que se refere às camisas, estas deverão ser embalados por tamanho, sem mistura de tamanho, em caixa devidamente vedada com as indicações de tamanho e quantidade;
- 5.1.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior, objetos misturados em vários tamanhos, os mesmos serão devolvidos para separação e posterior entrega.
- 5.2. Quaisquer discrepâncias nas especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas, bem como todos os acabamentos acordados serão consideradas não conformidades e sujeitas a correção ou substituição pela contratada, sem ônus adicional para o Município.
- 5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 5.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 5.6. Os produtos deverão ser entregues em horário comercial na Sede da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, situada à AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ - CEP: 28613-001.

Secretaria requisitante:	Secretaria Municipal do Ambiente e Desenvolvimento urbano Sustentável
Endereço:	Rua: Avenida Alberto Braune, 225, Centro - Nova Friburgo – RJ. Cep: 28613-00 . Tel: (22) (22) 2525-9216
Horário de entrega e descarga:	de 09:00 até às 17:00 horas - de segunda a sexta-feira

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 6.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem



no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

- 6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.
- 6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.
- 6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:
- 6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
- 6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;
- 6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

- 7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, CNPJ: 11.861.858/0001-67, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ - CEP: 28613-001 .

7.2 Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento observará o cronograma de execução e de pagamento/desembolso descrito no item 5.1 deste Termo de Referência.

7.4.2 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade: Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.5 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.6 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DOS SERVIÇOS (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º, c/c art. 33, inciso I, todos da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

- a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no

entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do

valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

d) reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

n) durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 48 da Lei 14.133/2021;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo DOCUMENTO DIGITAL que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 212.346,72 (duzentos e doze mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Fundo Municipal de Meio Ambiente	32001.0412200012.002	17590000000034	339030

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica da Secretaria Municipal do Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Nova Friburgo/RJ, 24 de junho de 2025.

GESTOR:	ELABORAÇÃO/ APOIO TÉCNICO:
<hr/> Rafael Vigneron Cariello Matr.: 062.036	<hr/> Mary Ellen Raimundo Golinelli Matr.: 063.669

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Andréa Duque Estrada Ribeiro Azevedo
Secretária Municipal do Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável
Matr.: 063.731

ANEXO I

1. Brasão do Município de Nova Friburgo a ser estampado na manga esquerda da camisa de quem veste:



2. Logo Educação Ambiental a ser estampada na manga direita da camisa de quem veste e na parte inferior da mochila:





3. Logo Projeto Geração Consciente a ser estampada na parte frontal da camisa e da garrafa squeeze:



4. Logo Projeto Geração Consciente a ser estampada na parte frontal da Mochila:





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

5. Arte “adote uma garrafa” a ser estampada na Garrafa Squeeze:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DO
AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
URBANO SUSTENTÁVEL

6. Visualização da camisa com posicionamento das estampas:





7. Visualização da mochila com posicionamento das estampas:

